



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013. (Do Sr. Antonio Imbassahy)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, as informações abaixo relativas ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas, tendo em vista o item 12, que dispõe sobre Justiça e Segurança Pública, contido na Mensagem de 2012 encaminhada ao Congresso Nacional:

1. De acordo com informações do SIAFI, em 2012, foi autorizada para 21 estados da Federação uma dotação de R\$ 95.345.025,00, e apenas R\$ 8.717.972,00 foram empenhados, e nenhuma importância foi **liquidadada**. Diante desse fato, pergunta-se: o Governo Federal efetivamente desistiu da implementação desse programa? Quais razões justificam a inexecução da lei orçamentária no tocante a tais gastos?
2. Quantos Consultórios de Rua, que têm por objetivo a busca ativa de dependentes químicos e a avaliação da necessidade de internação dos usuários do crack foram implantados até a presente data?
3. Quantas câmeras de videomonitoramento fixo foram instaladas nos pontos de uso de drogas em todo o País até hoje?

4. Quantas bases móveis com videomonitoramento foram implantadas até a presente data e em quais localidades?
5. Quantos profissionais de segurança pública foram capacitados até o momento?
6. Quantos Centros Regionais de Referência para a formação de profissionais das áreas de justiça e segurança pública foram implantados em 2012, e em quais localidades?

JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Globo, do dia 7 de dezembro de 2011, noticiou matéria sob o título ‘Novo’ programa de combate ao crack promete investir R\$ 4 bilhões. Consta da Notícia:

‘Novo’ programa de combate ao crack promete investir R\$ 4 bilhões

No ano passado, o ex-presidente Lula já havia divulgado ação semelhante.

Chico de Gois

Luiza Damé

Publicado:7/12/11 - 14h15

Gustavo Miranda / O Globo

BRASÍLIA - O governo federal lançou nesta quarta-feira mais um programa de enfrentamento ao crack. Desta vez, a promessa é investir R\$ 4 bilhões da União, em articulação com estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil. Em maio do ano passado, às vésperas da eleição, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou um programa semelhante, que tinha como linhas-mestras de atuação os mesmos três eixos do projeto de Dilma, mas com nomes diferentes: cuidado (tratamento), autoridade (combate) e prevenção (mesmo nome no programa de Lula). À época, o PSDB ocupou espaços publicitários para dizer que o petista não estava dando atenção ao problema. O programa de Lula teve como objetivo ajudar Dilma, sua candidata, e destinou R\$ 400 milhões para as ações.

O mote da atual campanha é "Crack, é possível vencer". O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, comparou o momento atual no combate à droga à epidemia de Aids no início da década de 80, quando a comunidade médica se viu diante de questionamentos éticos e de como atuar para resolver o problema. Na visão de Padilha, a Aids agora está sob controle e a saúde encontrou uma forma de atuação. Isso, segundo acredita, deve se repetir com o crack.

- O crack tem a mesma dimensão deste desafio. No conceito técnico, estamos, sim, diante de uma epidemia de crack em nosso país - disse o ministro, observando que de 2003 até o momento aumentou em 10 vezes o número de atendimento na rede de saúde aos dependentes químicos, o que inclui outras drogas além do crack.

"No conceito técnico, estamos, sim, diante de uma epidemia de crack em nosso país"

O plano lançado nesta quarta prevê a ampliação dos consultórios de rua - serão 308 até 2014. Esses ambulatórios móveis contarão com a presença de profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogos e lideranças locais. São eles que irão determinar se é necessária a internação compulsória, medida polêmica que divide a comunidade médica.

- O consultório na rua não serve para internação compulsória. Serve para proteger a vida - disse Padilha, procurando criar uma frase de efeito. De acordo com ele, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prevê a internação de crianças e adolescentes que corram risco de vida.

O atendimento psicossocial aos dependentes também funcionará 24 horas por dia, e não mais em horário comercial, como era feito até então. Padilha prometeu multiplicar por quatro o valor diário repassado às enfermarias especializadas em tratamento de álcool e drogas nos hospitais. As unidades de acolhimento serão 430 até 2014.

Combate ao tráfico terá atuação em conjunto

Na área de combate ao tráfico, o ministério da Justiça disse que irá atuar em conjunto com os estados e municípios. Sem dar detalhes de como isso ocorrerá, por alegadas questões de segurança, o ministro da

Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que haverá monitoramento de imagens nas chamadas cracolândias, inclusive para evitar distorções e desvios dos próprios policiais.

- Vamos identificar e prender os traficantes através de um trabalho integrado entre a Polícia Federal e as polícias locais - disse Cardozo.

A presidente vai enviar, na próxima segunda-feira, um projeto de lei que altera o Código de Processo Penal para acelerar a destruição de entorpecentes apreendidos pela polícia e agilizar o leilão de bens utilizados no tráfico de drogas. Quanto à prevenção, o governo irá investir recursos em ações nas escolas, comunidades e com a população em geral. Está prevista publicidade institucional e um programa de capacitação no Programa de Prevenção do Uso de Drogas na Escola para 210 mil educadores e 3,3 mil policiais.

A presidente Dilma Rousseff afirmou que não há um modelo pronto de sucesso, mas é preciso avançar. Ela afirmou que é preciso adotar uma repressão "sem complacência" e, comparando com os avanços do país em áreas sociais como a inclusão dos pobres na classe C ou a geração de empregos, Dilma afirmou que é possível vencer o problema.

- Um país que conseguiu tudo isso vai ter também uma política ampla, sustentável de enfrentamento às drogas - discursou ela.

Depois, dirigindo-se aos pais de dependentes em crack, Dilma utilizou um tom emocionado para dizer que o Estado estará ao lado deles.

- Quero dizer que nós todos temos de fazer da dor deles a nossa dor. E ao fazer isso, temos clareza que vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para recuperação de seus filhos e filhas e que a alegria deles seja também a nossa alegria - afirmou, para encerrar:

- Temos de ter sempre fé e esperança na recuperação de cada um que está nessa situação.

De fato, conforme dados do SIAFI, verifica-se que, em que pese a existência de previsão orçamentária de recursos para as finalidades relativas a “Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas”, não houve efetivo dispêndio de recursos públicos em ações destinadas ao enfrentamento ao Crack e outras substâncias. Dos 95,3

milhões previstos no Orçamento de 2012 para a implementação de projetos e prevenção de uso e ou abuso de substâncias psicoativas, nenhum recurso foi gasto.

Assim, as informações ora requeridas são de fundamental importância para o cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, de abril de 2013.

**Dep. ANTONIO IMBASSAHY
PSDB/ BA**